

PANDEMIA COVID-19

VACINA PARA COVID-19 E DIREITO À SAÚDE: ENTRAVES, LUTAS E DESAFIOS NO BRASIL

Antônio Samuel Silva Lins¹

Roger Rodrigues da Silva²

Stefane Vieira Nobre³

Tacyla Geyce Freire Muniz Januário⁴

Yanca Carolina da Silva Santos⁵

Antonio Germane Alves Pinto⁶

A saúde é um direito de todos e dever do estado. Conceitualmente, é considerada como o bem-estar físico, mental e social. Com o surgimento da COVID-19 e sua dimensão pandêmica em 2020, as autoridades sanitárias ansiavam pela vacinação a fim de refrear os altíssimos índices de mortalidade. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender os condicionantes que implicam na efetivação da vacinação em massa tendo como prioridade controlar a transmissão de pessoa para pessoa. Objetivou-se sumarizar condutas, impasses, conflitos e adversidades constatadas no processo de imunização contra a COVID-19 no Brasil. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura mediante coleta não sistemática a partir da Biblioteca Virtual em Saúde. A princípio, a Organização Mundial da Saúde elencou diretrizes sobre as medidas preventivas, objetivando a contenção da transmissibilidade, tais quais: utilização de máscaras faciais, utilização de álcool em gel e antissepsia das mãos. Além disso, ainda que medidas como o ato de estimular o distanciamento social, criação e emprego de protocolos sanitários, testagem de indivíduos sintomáticos e medidas de atenção aos gráficos epidemiológicos de morbimortalidade pelo vírus devessem ser fielmente seguidos, a instância

¹ Discente do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA). Membro do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN). Bolsista pela FECOP-URCA do Projeto de Extensão MobilizaSUS: práticas comunitárias e participação social na rede de saúde da Região do Geopark Araripe. Integrante do Projeto de Pesquisa Produção do Cuidado na Estratégia Saúde da Família: práticas, afetos, tecnologias e avaliação. Email: samuel.slins@urca.br

² Enfermeiro. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Email: roger.silva@urca.br

³ Enfermeira. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: stefanevn@outlook.com

⁴ Discente do curso de Enfermagem pela URCA. Membro do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Email: Tacyla.muniz@urca.br

⁵ Discente do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri- Unidade Descentralizada de Iguatu (URCA-UDI). Membro do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Email: yancaenfe@gmail.com

⁶ Enfermeiro. Doutor em Saúde Coletiva. Docente do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri. Líder do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde. Email: germane.pinto@urca.br

federal do Brasil seguiu rumos contrários às recomendações, confrontando gestores estaduais, locais e federais, disseminando *fakenews* acerca de tratamentos, efeitos colaterais decorrentes das vacinas e descredibilização da ciência. Como forma de intervenção, o autogoverno das gestões estaduais e municipais, para que pudessem decidir sobre as recomendações apropriadas sobre os cuidados, governantes conseguiram, através do Supremo Tribunal Federal, o aval para tomarem medidas de enfrentamento autônomas. Considerando a disseminação em massa de vacinas para imunizar toda a população, apresentam-se como desafios a grande quantidade de imunizantes a serem produzidos em território nacional, bem como armazenamento, distribuição e aplicação, ações essas recomendadas pelo Programa Nacional de Imunização, levando em consideração o número de pessoas aptas a serem vacinadas e as dimensão populacional brasileira. Nesse sentido, é imprescindível para o cuidado individual e coletivo frente à COVID-19 a apropriação de medidas de proteção e a credibilização de informações verídicas, com vistas a garantir proteção e segurança, cumprimento do plano vacinal e respeito à ciência que busca minimizar os impactos provocados pela pandemia.